



## Gilmar Mendes entra com representação contra jornalistas da Carta Capital

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, entrou com uma [representação](#) na Procuradoria Geral da República contra os jornalistas Leandro Fortes e Mino Carta, repórter e editor, respectivamente, da revista *Carta Capital*. Motivo: a divulgação de uma lista falsa, que aponta o ministro como beneficiário do caixa 2 da campanha da reeleição de Eduardo Azeredo ao governo de Minas Gerais, em 1998.

A reportagem publicada no dia 28 de julho foi, para o ministro, uma tentativa de associá-lo a personagens e práticas diretamente ligadas ao tema da Ação Penal 470, o processo do mensalão, que começou a ser julgado pelo Supremo no dia 2 de agosto.

A revista traz uma lista supostamente assinada pelo publicitário Marcos Valério — réu na AP 470 — que seria "de beneficiários do caixa 2 da campanha" de reeleição de Eduardo Azeredo. Datada de 28 de março de 1999, a lista aponta Gilmar Mendes como beneficiário da quantia de R\$ 185 mil. O documento cita o atualmente ministro como ocupante do cargo de advogado-geral da União. Mendes só passou a ocupar cargo na AGU, porém, em 2000. "Por esse ponto apenas já seria possível perceber a falsidade do documento", diz a representação.

O próprio Marcos Valério também nega a veracidade do documento que supostamente seria assinado por ele, assim como outra pessoa listada, o senador Delcídio do Amaral. Ele foi associado ao cargo de senador na lista de 1999. Ele só veio a ocupar o cargo, porém, em 2002.

Não é apenas a reportagem, assinada por Leandro Fortes, que ataca Gilmar Mendes. A sugestão de que o ministro teria agido indevidamente é reforçada por editorial assinado por Mino Carta. "A suspeição de Mendes no processo que se inicia é muito mais que evidente", diz o texto. O editorial, segundo a denúncia, "investe contra a honra" do ministro.

A falsidade da lista foi, inclusive, comprovada por laudo pericial do Instituto de Criminalística da Polícia Civil de Minas Gerais de junho de 2012 que mostra que, embora seja datado de 28 de março de 1999, o documento foi criado no dia 27 de fevereiro de 2009.

A reportagem diz que Dino Miraglia, advogado de Nilton Monteiro, foi quem, teve acesso ao documento divulgado. Monteiro é investigado por inúmeros crimes.

Segundo a representação, assinada pelo advogado Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, fica claro que a revista não se cercou de cautelas ao perceber o provável envolvimento de Nilton Monteiro no episódio, uma vez que Gilmar Mendes, "sem maiores esforços investigativos", conseguiu as informações sobre a lista, que poderiam ter sido enviadas aos jornalistas envolvidos, caso o ministro tivesse sido procurado anteriormente à publicação".

"Tudo leva a crer que os jornalistas Mino Carta e Leandro Fortes sabiam que a lista que embasou a reportagem e o editorial era falsa, mas que, ainda assim, optaram por divulgar o seu conteúdo", diz a



representação.

“Não é exagero algum afirmar, aliás, que basta folhear a revista *Carta Capital* para perceber que ela é feita por uma súcia financiada por dinheiro público para achacar a honra alheia”, acusa o ministro.

Clique [aqui](#) para ler a representação.

**Date Created**

14/08/2012